

TÃ-tulo: Um país se faz com homens, mulheres e livros

VeÃ-culo: O Estado de S. Paulo (Online) - **Localidade:** SÃfO PAULO - SP - **Publicação:** 01/09/2018

Editoria: Notícias - **Unique visitors:** 302858 -

Link: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/um-pais-se-faz-com-homens-mulheres-e-livros/>

Fábio Romeu Canton Filho. FOTO: DIVULGAÇÃO Os advogados acostumam-se desde a faculdade, ou deveriam acostumar-se, a ler obras jurídicas de áreas específicas do Direito, códigos de leis, compêndios de casos concretos, estudos doutrinários e hermenêuticos. Tais leituras nos são obrigatórias, e sem elas não se exerce a profissão a contento. Não se pode afirmar, contudo, que ler seja um hábito de todo advogado, entendido o verbo, aqui, como diverso de estudar, de aprofundar-se teoricamente com vistas ao aprimoramento profissional. Falamos da leitura como fonte de prazer intelectual e cultura geral. A leitura a que nos referimos é aquela que detém o poder de elevar a cognição, diversificar o vocabulário, qualificar a argumentação ou apenas entreter. Falamos de ler jornais (em papel ou na internet), revistas, romances, ensaios, poesias. O advogado, como o brasileiro em geral, lê pouco, seja por culpa de um mercado editorial que deixa a desejar, seja pela deficiência educacional que atinge a Nação como um todo - falta de tempo não vale como justificativa. Há quem deposite a culpa na internet ou, mais precisamente, nas redes sociais. Faz sentido, mas na verdade a web contém informações jornalísticas e conteúdo literário em abundância. O leitor voraz que decidir trocar o papel pela tela do computador certamente encontrará farta oferta jornalística e literária. Paralelamente, a quase dependência da conexão digital diuturna, via dispositivos de interação acessíveis em smartphones, pode nos condicionar a leituras - e a manifestações - abreviadas, sumárias. Penso tratar-se de um fator que nos afasta da leitura verdadeiramente enriquecedora. Pouco antes de morrer, Umberto Eco disse que "as redes sociais dão o direito à palavra a uma legião de imbecis". Há verdade na assertiva de Eco, mas devemos ressaltar que o direito à palavra não deve ser sustado nem aos imbecis. Em contrapartida, poderíamos argumentar que os intelectuais é que deveriam ocupar mais e mais os ambientes virtuais num esforço de disseminação cultural, deixando um pouco de lado os muros da academia. Que tal se as redes sociais fossem inundadas de textos de boa qualidade? Quero crer que essa atitude compensaria em parte as deficiências do nosso mercado editorial. A questão é mais complexa do que parece, afinal, de que serviria vasta oferta editorial em um país de analfabetos funcionais, no qual semiletrados predominam até em casas legislativas? Só duas ou três décadas de investimento maciço em educação básica poderão reverter esse quadro trágico (salvo desatenção de minha parte, não vi candidatos a presidente da República detalharem programas nesse sentido). Um país de leitores ainda precisa ser construído, como indica a última pesquisa "Retratos da Leitura" encomendada ao Ibope, em 2016, pelo Instituto Pró-Livro, entidade mantida pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, a Câmara Brasileira do Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares. Há quem considere os números razoáveis - eu os acho canhestros: 44% da população brasileira não leem e 30% nunca compraram um livro. O brasileiro lê em média 4,96 livros por ano, dos quais 2,43 são terminados. A pesquisa perguntou aos não-leitores a razão de não terem lido nem um livro inteiro sequer nos três meses anteriores à sondagem. Eis algumas das justificativas: falta de tempo (32%), não gosta de ler (28%), não sabe ler (20%) - note-se que o percentual de respostas "não sabe ler" está bem acima do índice de analfabetos divulgado em 2017 pelo IBGE, que foi 7,2% da população com idade a partir de 15 anos. A última edição da pesquisa que estabelece o Índice Cultural Mundial da Market Research World, feita em 2016, indica que o país que mais lê é a Índia, com 10,42 horas semanais de leitura, seguida pela Tailândia (9,24 horas) e pela China (8 horas). O desenvolvimento socioeconômico não é o fator determinante portanto, pois os Estados Unidos estão na 22.ª posição, com 5,42 horas semanais de leitura em média, e a França está na nona posição, com 6,54 horas de leitura por semana. O Brasil está em 26.º lugar: o brasileiro lê durante 5,12 horas por semana - na América do Sul, estamos atrás da Venezuela (6,24 horas) e da Argentina (5,54 horas). Mas há outro dado, este sobremaneira alarmante. Conforme o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), produzido pelo Banco Mundial e divulgado em fevereiro de 2018, os estudantes brasileiros podem demorar 260 anos para atingirem a proficiência em leitura dos estudantes dos países desenvolvidos. O Pisa vale-se de uma prova coordenada pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aplicada a cada três anos em 35 de seus membros e 35 de seus parceiros, entre os quais o Brasil. No começo do século 20, Monteiro Lobato afirmou para a posteridade que um país se faz com homens e livros. A lembrança soaria como mera platitude, não fosse a frase tão aplicável à atualidade. *Fábio Romeu Canton Filho, advogado, doutor em Direito, vice-presidente da OAB-SP

TÃ-tulo: Um país se faz com homens, mulheres e livros

VeÃ-culo: Mt Mais Notícias - **Localidade:** Não disponível - ND - **Publicação:** 01/09/2018

Editoria: Notícias - **Unique visitors:** 6582 -

Link: <http://www.mtmais.com/2018/09/01/um-pais-se-faz-com-homens-mulheres-e-livros/>

Fábio Romeu Canton Filho. FOTO: DIVULGAÇÃO Os advogados acostumam-se desde a faculdade, ou deveriam acostumar-se, a ler obras jurídicas de áreas específicas do Direito, códigos de leis, compêndios de casos concretos, estudos doutrinários e hermenêuticos. Tais leituras nos são obrigatórias, e sem elas não se exerce a profissão a contento. Não se pode afirmar, contudo, que ler seja um hábito de todo advogado, entendido o verbo, aqui, como diverso de estudar, de aprofundar-se teoricamente com vistas ao aprimoramento profissional. Falamos da leitura como fonte de prazer intelectual e cultura geral. A leitura a que nos referimos é aquela que detém o poder de elevar a cognição, diversificar o vocabulário, qualificar a argumentação ou apenas entreter. Falamos de ler jornais (em papel ou na internet), revistas, romances, ensaios, poesias. O advogado, como o brasileiro em geral, lê pouco, seja por culpa de um mercado editorial que deixa a desejar, seja pela deficiência educacional que atinge a Nação como um todo - falta de tempo não vale como justificativa. Há quem deposite a culpa na internet ou, mais precisamente, nas redes sociais. Faz sentido, mas na verdade a web contém informações jornalísticas e conteúdo literário em abundância. O leitor voraz que decidir trocar o papel pela tela do computador certamente encontrará farta oferta jornalística e literária. Paralelamente, a quase dependência da conexão digital diuturna, via dispositivos de interação acessíveis em smartphones, pode nos condicionar a leituras - e a manifestações - abreviadas, sumárias. Penso tratar-se de um fator que nos afasta da leitura verdadeiramente enriquecedora. Pouco antes de morrer, Umberto Eco disse que "as redes sociais dão o direito à palavra a uma legião de imbecis". Há verdade na assertiva de Eco, mas devemos ressaltar que o direito à palavra não deve ser sustado nem aos imbecis. Em contrapartida, poderíamos argumentar que os intelectuais é que deveriam ocupar mais e mais os ambientes virtuais num esforço de disseminação cultural, deixando um pouco de lado os muros da academia. Que tal se as redes sociais fossem inundadas de textos de boa qualidade? Quero crer que essa atitude compensaria em parte as deficiências do nosso mercado editorial. A questão é mais complexa do que parece, afinal, de que serviria vasta oferta editorial em um país de analfabetos funcionais, no qual semiletrados predominam até em casas legislativas? Só duas ou três décadas de investimento maciço em educação básica poderão reverter esse quadro trágico (salvo desatenção de minha parte, não vi candidatos a presidente da República detalharem programas nesse sentido). Um país de leitores ainda precisa ser construído, como indica a última pesquisa "Retratos da Leitura" encomendada ao Ibope, em 2016, pelo Instituto Pró-Livro, entidade mantida pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, a Câmara Brasileira do Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares. Há quem considere os números razoáveis - eu os acho canhestros: 44% da população brasileira não leem e 30% nunca compraram um livro. O brasileiro lê em média 4,96 livros por ano, dos quais 2,43 são terminados. A pesquisa perguntou aos não-leitores a razão de não terem lido nem um livro inteiro sequer nos três meses anteriores à sondagem. Eis algumas das justificativas: falta de tempo (32%), não gosta de ler (28%), não sabe ler (20%) - note-se que o percentual de respostas "não sabe ler" está bem acima do índice de analfabetos divulgado em 2017 pelo IBGE, que foi 7,2% da população com idade a partir de 15 anos. A última edição da pesquisa que estabelece o Índice Cultural Mundial da Market Research World, feita em 2016, indica que o país que mais lê é a Índia, com 10,42 horas semanais de leitura, seguida pela Tailândia (9,24 horas) e pela China (8 horas). O desenvolvimento socioeconômico não é o fator determinante portanto, pois os Estados Unidos estão na 22.ª posição, com 5,42 horas semanais de leitura em média, e a França está na nona posição, com 6,54 horas de leitura por semana. O Brasil está em 26.º lugar: o brasileiro lê durante 5,12 horas por semana - na América do Sul, estamos atrás da Venezuela (6,24 horas) e da Argentina (5,54 horas). Mas há outro dado, este sobremaneira alarmante. Conforme o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), produzido pelo Banco Mundial e divulgado em fevereiro de 2018, os estudantes brasileiros podem demorar 260 anos para atingirem a proficiência em leitura dos estudantes dos países desenvolvidos. O Pisa vale-se de uma prova coordenada pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aplicada a cada três anos em 35 de seus membros e 35 de seus parceiros, entre os quais o Brasil. No começo do século 20, Monteiro Lobato afirmou para a posteridade que um país se faz com homens e livros. A lembrança soaria como mera platitude, não fosse a frase tão aplicável à atualidade. *Fábio Romeu Canton Filho, advogado, doutor em Direito, vice-presidente da OAB-SP Source link

TÃ-tulo: Um país se faz com homens, mulheres e livros

VeÃ-culo: O Noroeste - **Localidade:** CUIABA - MT - **Publicação:** 01/09/2018

Editoria: Notícias - **Unique visitors:** 3308 -

Link: <http://www.jornalnoroste.com.br/um-pais-se-faz-com-homens-mulheres-e-livros/>

Fábio Romeu Canton Filho. FOTO: DIVULGAÇÃO Os advogados acostumam-se desde a faculdade, ou deveriam acostumar-se, a ler obras jurídicas de áreas específicas do Direito, códigos de leis, compêndios de casos concretos, estudos doutrinários e hermenêuticos. Tais leituras nos são obrigatórias, e sem elas não se exerce a profissão a contento. Não se pode afirmar, contudo, que ler seja um hábito de todo advogado, entendido o verbo, aqui, como diverso de estudar, de aprofundar-se teoricamente com vistas ao aprimoramento profissional. Falamos da leitura como fonte de prazer intelectual e cultura geral. A leitura a que nos referimos é aquela que detém o poder de elevar a cognição, diversificar o vocabulário, qualificar a argumentação ou apenas entreter. Falamos de ler jornais (em papel ou na internet), revistas, romances, ensaios, poesias. O advogado, como o brasileiro em geral, lê pouco, seja por culpa de um mercado editorial que deixa a desejar, seja pela deficiência educacional que atinge a Nação como um todo - falta de tempo não vale como justificativa. Há quem deposite a culpa na internet ou, mais precisamente, nas redes sociais. Faz sentido, mas na verdade a web contém informações jornalísticas e conteúdo literário em abundância. O leitor voraz que decidir trocar o papel pela tela do computador certamente encontrará farta oferta jornalística e literária. Paralelamente, a quase dependência da conexão digital diuturna, via dispositivos de interação acessíveis em smartphones, pode nos condicionar a leituras - e a manifestações - abreviadas, sumárias. Penso tratar-se de um fator que nos afasta da leitura verdadeiramente enriquecedora. Pouco antes de morrer, Umberto Eco disse que "as redes sociais dão o direito à palavra a uma legião de imbecis". Há verdade na assertiva de Eco, mas devemos ressaltar que o direito à palavra não deve ser sustado nem aos imbecis. Em contrapartida, poderíamos argumentar que os intelectuais é que deveriam ocupar mais e mais os ambientes virtuais num esforço de disseminação cultural, deixando um pouco de lado os muros da academia. Que tal se as redes sociais fossem inundadas de textos de boa qualidade? Quero crer que essa atitude compensaria em parte as deficiências do nosso mercado editorial. A questão é mais complexa do que parece, afinal, de que serviria vasta oferta editorial em um país de analfabetos funcionais, no qual semiletrados predominam até em casas legislativas? Só duas ou três décadas de investimento maciço em educação básica poderão reverter esse quadro trágico (salvo desatenção de minha parte, não vi candidatos a presidente da República detalharem programas nesse sentido). Um país de leitores ainda precisa ser construído, como indica a última pesquisa "Retratos da Leitura" encomendada ao Ibope, em 2016, pelo Instituto Pró-Livro, entidade mantida pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, a Câmara Brasileira do Livro e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares. Há quem considere os números razoáveis - eu os acho canhestros: 44% da população brasileira não leem e 30% nunca compraram um livro. O brasileiro lê em média 4,96 livros por ano, dos quais 2,43 são terminados. A pesquisa perguntou aos não-leitores a razão de não terem lido nem um livro inteiro sequer nos três meses anteriores à sondagem. Eis algumas das justificativas: falta de tempo (32%), não gosta de ler (28%), não sabe ler (20%) - note-se que o percentual de respostas "não sabe ler" está bem acima do índice de analfabetos divulgado em 2017 pelo IBGE, que foi 7,2% da população com idade a partir de 15 anos. A última edição da pesquisa que estabelece o Índice Cultural Mundial da Market Research World, feita em 2016, indica que o país que mais lê é a Índia, com 10,42 horas semanais de leitura, seguida pela Tailândia (9,24 horas) e pela China (8 horas). O desenvolvimento socioeconômico não é o fator determinante portanto, pois os Estados Unidos estão na 22.ª posição, com 5,42 horas semanais de leitura em média, e a França está na nona posição, com 6,54 horas de leitura por semana. O Brasil está em 26.º lugar: o brasileiro lê durante 5,12 horas por semana - na América do Sul, estamos atrás da Venezuela (6,24 horas) e da Argentina (5,54 horas). Mas há outro dado, este sobremaneira alarmante. Conforme o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), produzido pelo Banco Mundial e divulgado em fevereiro de 2018, os estudantes brasileiros podem demorar 260 anos para atingirem a proficiência em leitura dos estudantes dos países desenvolvidos. O Pisa vale-se de uma prova coordenada pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aplicada a cada três anos em 35 de seus membros e 35 de seus parceiros, entre os quais o Brasil. No começo do século 20, Monteiro Lobato afirmou para a posteridade que um país se faz com homens e livros. A lembrança soaria como mera platitude, não fosse a frase tão aplicável à atualidade. *Fábio Romeu Canton Filho, advogado, doutor em Direito, vice-presidente da OAB-SP Source link